

Estudo sobre o significado de expressões figuradas

A study on the meaning of figurative expressions

Diogo de França Gurgel
Doutorando PPGF-UFRJ
Bolsista CNPq

Resumo: Pretendo demonstrar uma incompatibilidade entre a concepção wittgensteineana de significado e a evidência de que os filósofos, procurando desfazer confusões conceituais, recorrem freqüentemente a um determinado tipo de inovação semântica atrelada ao uso figurado da linguagem. A hipótese central aqui desenvolvida é de que determinadas proposições em que ocorre uma forma específica de metáfora que podemos chamar de “expressões figuradas”, não podem ser tomadas como proposições gramaticais e nem mesmo podem ter sua significação elucidada pela concepção wittgensteineana de aprendizado da linguagem.

Palavras-chave: metáfora; semântica; proposição gramatical

Abstract: My aim here is to demonstrate that there is an incompatibility between Wittgenstein’s view of meaning and the evidence that philosophers usually resort to a specific kind of semantic innovation, attached to figurative use of language, in order to solve conceptual confusion. The major claim developed here is that certain propositions, in which occurs a specific form of metaphor that we may name “figurative expressions”, should not be taken as grammatical propositions and, furthermore, can not have their meaning explained by Wittgenstein’s conception of language acquisition.

Keywords: metaphor; semantics; grammatical proposition

Introdução

A história da Filosofia nos brinda com uma miríade de expressões lingüísticas que, a princípio, tenderíamos a chamar de metafóricas e que, no entanto, devido ao importante papel que desempenham dentro dos grandes sistemas filosóficos em que ocorrem, ficaríamos reticentes em tomar como meros recursos estilísticos ou ornamentais. Kant precisa recorrer a termos como *reine*, *representatio* e *Vorstellung* para caracterizar propriamente os modos de operar da razão especulativa. Descartes fala em *lumen naturae* e usa o verbo latino *intueri* para se referir a uma pretensa capacidade de, digamos, ver com os olhos da alma. Hume, para traçar uma distinção entre impressões e

idéias, lança mão do termo *vividitý*. Não é muito diverso o que ocorre com Heidegger e o termo *Erschloßenheit*¹. O uso que Wittgenstein faz da palavra *Spiel* é também um uso não-canônico², bem como o conceito de “caráter panorâmico” (*Übersichtlichkeit*)³. Isso para citar apenas alguns poucos exemplos que me ocorrem agora.

Detendo-nos em considerações sobre esse fato, não é difícil constatar-mos que é justamente na abordagem de certos temas muito caros à Filosofia e às Ciências (ainda que não sejam restritos a elas), como o modo de operar da razão, a natureza da atenção e da memória, a distinção entre corpo e mente, as mudanças de estados anímicos, a composição de um método filosófico, dentre outros, que podemos notar a recorrência desse recurso intrigante oferecido pela linguagem: o uso de expressões em um sentido que, em certa medida, aparece-nos como metafórico e, em outra medida, desafia essa rotulação. Uma vez que parecem adequar-se à definição aristotélica clássica de que “a metáfora é a transferência para uma coisa do nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para o gênero

¹ Neste caso, porém, é preciso fazer alguns apontamentos. Heidegger, em *Der Satz vom Grund*, deixa bem clara a sua posição quanto a uma possível compreensão de suas proposições como metafóricas: contrapondo-se a um possível objeto que quereria ver metáforas em suas palavras, o filósofo afirma categoricamente que “O metafórico só existe no interior das fronteiras da metafísica”. Paul Ricoeur mostra, em *Metáfora Viva* (p.435), que esse adágio sintetiza a idéia de que a concepção da metáfora como transferência de sentido próprio para o figurado, desde Aristóteles, está, para Heidegger, inextricavelmente atrelada à transferência metafísica do sensível ao não-sensível. É notória a crítica de Heidegger à ontologia da metafísica tradicional e o filósofo procura estendê-la aqui ao âmbito do estudo da semântica, mostrando que se trata de uma mesma e única fonte de equívocos. No entanto, Heidegger, ao meu ver, não atinge com sua crítica toda e qualquer teoria da metáfora e sim aquelas que se fundam na distinção entre *sentido próprio* e *sentido metafórico*. Penso que uma teoria da metáfora que veja, na sentença heideggeriana “Pensar é escutar e ver”, diferenças entre os termos “ver” e “escutar” na acepção de Heidegger e em seus usos canônicos (não se usa aqui propositalmente o termo “próprios”) pode nos dizer muito sobre o uso que este filósofo faz da linguagem sem, para isso, utilizar-se de ferramentas desabilitadas pelo mesmo. Mas esse não é uma tema simples e procurarei expor mais detidamente minha posição em um outro trabalho.

² Por “não-canônico” refiro-me à concepção apresentada por Ryle, em *Linguagem Ordinária*, de que não apenas a linguagem ordinária, mas também a linguagem especializada possui seus possíveis usos canônicos e não-canônicos. A palavra “inflação” possui claramente seu uso canônico fundado no vocabulário da economia, o que não impede de fazermos da mesma usos não-canônicos como “utilizações metafóricas, hiperbólicas, poéticas, ampliadas e deliberadamente restritas” - RYLE, 1985, p.38.

³ WITTGENSTEIN, 1979, § 122.

de outra, ou por analogia” (ARISTÓTELES. Poética, 1457 b 6-9), somos tentados a classificar tais expressões como metafóricas e as proposições em que ocorrem como figuradas (o uso que Descartes faz do termo “lumen”, por exemplo, tem tudo para ser tomado como uma ocorrência da transferência de nome de um objeto físico para um suposto objeto mental)⁴. No entanto, é notório que, nestes casos, o uso de termos pré-existentes para nomeações e descrições não ocorre como recurso estilístico, mas como imperativo, como recurso necessário e, ainda, que sua enunciação apresenta pretensões de descrever algo ou, ao menos, de produzir alguma forma de conhecimento sobre aquilo para o que essas proposições se voltam. Refiro-me a sentenças⁵ construídas com fins de elucidação teórica ou conceitual, nas quais ocorre pelo menos um caso de denominação desviante ou (se tomarmos a metáfora não como elemento da esfera da palavra e sim como elemento da esfera da frase) de predicação impertinente⁶. Para dar mais exemplos, podemos pensar em sentenças que poderiam ser ouvidas (e que são certamente pressupostas) num debate sobre epistemologia, como “A atenção é um foco no pensamento” e “Dada essa tese, uma nova perspectiva de mundo se abre”, sentenças em que os termos “foco”, “abrir” e “perspectiva” são usados em articulações não habituais, apresentam um significado diverso do lexical, e, no entanto, não podem ser substituídos com sucesso por outros termos em nenhuma paráfrase que se queira literal.

I. Algumas palavras sobre a metáfora

Procuo delinear, a princípio, um fato: metáforas vêm sendo usadas ao longo de toda a história da Filosofia como recursos de explanação teórica e, no entanto, muito pouco esforço despenderam os próprios filósofos para investigar esse seu emprego. Essa constatação pode nos levar a perguntar se algumas das mais influentes teorias do

⁴ O empréstimo que Descartes faz a Santo Agostinho dessa expressão casa perfeitamente com a oposição entre interno (*inner*) e externo (*outer*), a qual é igualmente metafórica - conforme sugerido na apresentação de Ryle do mito cartesiano, logo no início de *The Concept of Mind*: “This antithesis of outer and inner is of course meant to be construed as a metaphor, since minds, not being in space, could not be described as being spatially inside anything else, or as having things going on spatially inside themselves” – RYLE, 2009, p.2.

⁵ Neste texto usarei indistintamente os termos “proposição” e “sentença”, ambas como igualmente correlatas do termo alemão “Satz”.

⁶ RICOEUR, 2000, p.10.

significado com que se vem trabalhando em diversos campos da Filosofia da linguagem não estão pondo a perder algum elemento fulcral no estudo da semântica por se fiarem em determinados pressupostos inquestionados (ao menos até a metade do século XX) acerca de recursos possivelmente envolvidos na ocorrência metafórica. Dentre estes recursos pode-se elencar, por exemplo, o pensamento analógico, a descrição, a semelhança e o sentido próprio. Uma certa concepção de metáfora foi tecida por toda uma tradição de leitores de Aristóteles, começando-se a delinear em Quintiliano, passando pelo *Traité des Tropes* de Dumarsais e ganhando sua forma final na retórica francesa do século XIX e na Nova Retórica do século XX. Essa concepção, de uma maneira geral, versa que a metáfora é uma ocorrência linguística relativa à palavra, que ela ocorre na forma de tropos, i.e., de desvios com relação ao uso próprio das palavras e de substituições de termos com fins retóricos e não propriamente semânticos. Chega-se mesmo, com Jean Cohen e Michel Le Guern, a distinguir uma função conotativa e uma função denotativa das palavras, sendo essa última própria da prosa e a primeira própria do discurso poético e de suas imagens associadas. É interessante notar que, ainda que Aristóteles tenha efetivamente centrado sua teoria da metáfora na esfera dos nomes (*onoma*) e no emprego estranho (*allotrios*) dos mesmos – o que efetivamente dá margem a certas abordagens reducionistas – o filósofo macedônico nunca conferiu à metáfora certas propriedades que nela vêm seus supostos seguidores. Muitos deles assumem, por exemplo, que toda metáfora pode ser parafraseada na forma de símiles (sentenças comparativas), o que afasta a própria Retórica, com a metáfora em seu bojo, do âmbito do conhecimento. É célebre, nesse sentido, a definição de Quintiliano no livro 8 da *Institutio Oratoria* que versa que “In totum antem metaphora brevior est similitudo”, fadando a metáfora, por séculos e séculos, ao posto de comparação abreviada. Aristóteles compreendia que é a comparação (*eikón*) que se explica pela metáfora, sendo metáfora desenvolvida a qual se acrescenta a partícula “como” (*hós*) e não que a metáfora é comparação implícita⁷. Contra o sofista Bryson, que defendia que palavras diferentes que se referem à mesma coisa têm necessariamente o mesmo significado, Aristóteles postula, na *Retórica*, que

⁷ RICOEUR, 2000, p.46.

“Um termo pode descrever uma coisa mais verdadeiramente que outro, pode ser mais como ela e apresentá-la mais intimamente aos nossos olhos. Ademais, duas palavras diferentes vão representar uma coisa em duas iluminações diferentes”(ARISTÓTELES. Retórica, 1405 b, 10.).

Em outra passagem incompatível com os estabelecimentos da Retórica francesa, desta vez na *Poética*, Aristóteles defende que

Grande importância tem pois o uso conveniente de cada uma das mencionadas espécies de nomes, de nomes duplos e de palavras estrangeiradas; maior, todavia, é a do emprego das metáforas [*tó metaphorikon einai*], porque tal não se aprende nos demais, e revela portanto o engenho natural do poeta; com efeito, bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças. (*Poética*, 1459 a 4-8)

Como podemos ver, uma parte importante dos estabelecimentos acerca da metáfora são decorrentes de más interpretações e simplificações grosseiras dos argumentos aristotélicos. Não que eu pense que os apontamentos do filósofo sobre o uso figurado da linguagem sejam suficientes para dissipar os problemas que apresento aqui, mas possivelmente há algo valioso a se considerar e a se resgatar, como bem mostra Paul Ricoeur, no que diz respeito ao vínculo (ignorado pela tradição de estudos sobre a Retórica) entre o conceito retórico de persuasão e o conceito lógico de verossimilhança.

Mas, por hora, concentremo-nos no fato de que essas más interpretações e simplificações grosseiras dos argumentos aristotélicos promoveram um gradativo afastamento entre a metáfora e o âmbito da semântica (e, como conseqüência, afastam também a metáfora do âmbito da descrição e do conhecimento). A despeito do fato de que as sentenças em que ocorrem metáforas, em geral, apresentam a mesma forma sintática das sentenças declarativas, que são os objetos centrais dos estudos lógico-semânticos contemporâneos, a barreira erigida entre sentido próprio e sentido figurado, a partir da qual associa-se o sentido figurado de uma só vez à arte retórica – tomada meramente como teoria da elocução e dos tropos –, à pragmática e ao psicologismo, ditou o tipo

de sentença que deveria ser tomado como descrição do mundo por excelência. Esse modo de ver parece ter contribuído para que filósofos muito influentes como Frege e Carnap, por exemplo (e, mais recentemente, Donald Davidson) tomassem a metáfora como um fenômeno meramente estilístico, relativo ou bem apenas à linguagem ou bem à esfera subjetiva das imagens associadas ao pensamento de cada um e não aos conceitos e/ou aos valores de verdade envolvidos na enunciação de sentenças declarativas com sentido literal – o que é propriamente da ordem semântica, na sua perspectiva⁸. Não que a metáfora seja, para eles, algo de menor importância no âmbito das relações humanas em geral e sim que sua importância deve ser restringida a uma esfera subjetiva ou das idéias associadas, nos termos de Frege, ou, ainda, a uma esfera estética, nos termos de Davidson. No seu artigo “What metaphors mean”, Davidson é taxativo:

“It’s not only that we can’t provide an exhaustive catalogue of what has been attended to when we are led to see something in a new light; the difficulty is more fundamental. What we notice or see is not, in general, propositional in character”. (DAVIDSON,1978, p.47.)

Mas nem todos os estudos recentes acerca da metáfora têm de comum acordo a incompatibilidade entre uso figurado e semântica. O uso metafórico da linguagem veio sendo reiteradamente tomado como questão semântica ao longo do século XX por toda uma escola anglófona composta por filósofos que trouxeram valiosas contribuições para o tema, como I.A.Richards e Max Black. Entretanto, sua teoria da metáfora, que o próprio Black denomina interacionista, ainda que tenha o mérito de ter evidenciado a complexidade do tema da metáfora, opondo-se ao reducionismo das concepções comparacionistas da metáfora citadas acima, encontra dificuldades em dar conta do caráter da inovação semântica através do uso figurado, o que é justamente o que está em jogo quando nos dedicamos a estudar o estatuto gramatical das expressões empregadas por filósofos que enumeramos no início deste texto. Alguns desses problemas são: a explicação da natureza da metáfora com metáforas (a velha cilada lógica da ocorrência do *definiendum* no

⁸ “O objetivo de um poema no qual aparecem as palavras ‘raio de sol’ e ‘nuvem’ não é informar-nos de fatos meteorológicos, mas exprimir certas emoções do poeta e excitar em nós emoções análogas” – frase de Carnap citada por Paul Ricoeur – RICOEUR, 2000, p.348.

definiens) e o recurso evasivo da duplicação de uma categoria lógica (aceitando-se a distinção entre “referência” e “referência poética”, o que nos impede de continuar criando sub-classes de referência *ad infinitum*?).

Postas de lado as abordagens mais tradicionais da metáfora, seguimos procurando por uma concepção de semântica que nos permita considerar com propriedade o tema da inovação semântica através do uso metafórico da linguagem. Ora, dado que tendemos a reconhecer, ao menos, que os casos que viemos enumerando são casos de *uso* metafórico (por oposição a outras formas de uso da linguagem)⁹ não seria apropriado tentarmos empregar o instrumental teórico tecido pelo filósofo que nos fez ver que estudar o significado de expressões lingüísticas é estudar o seu *uso* na linguagem? Wittgenstein desenvolveu ao longo de sua vida todo um rol de métodos de estudo da semântica que se tornou célebre por procurar demonstrar que linguagem é muito mais do que os filósofos costumam tomar como tal. Como nota Jerry Gill, em *Wittgenstein and Metaphor*, a concepção wittgensteineana de significado desenvolvida após 1930, em sua chamada segunda fase, pode ser pródiga no que diz respeito a elucidações sobre esse espinhoso assunto. De acordo com Gill, “this aspect of the open-textured quality of language eliminates the possibility and the necessity of reducing all meaningful discourse to a single kind, thus opening the way for metaphoric meaning” (GILL, 1979, p.277). Ao pôr em xeque sua própria posição reducionista assumida no *Tractatus* – aquela que reduz o significado a uma função referencial só ocorrente em enunciados lógico-empíricos, o que, por conseguinte, exclui outros tipos de uso da linguagem do domínio do significativo –, Wittgenstein teria aberto caminho para um estudo semântico da metáfora. E essa abordagem poderia inclusive dar conta do que chamo aqui de inovação semântica, posto que, como complementa Gill, Wittgenstein está atento à evolução da linguagem, isto é,

As Wittgenstein notes, new expressions and language games are continually being incorporated into language while others are continually being left behind. Thus innovation and obsolescence are important features of any natural language. One of the primary bearers of

⁹ Uma evidência disso é que uma mesma sentença, como “Está ficando quente aqui” pode ter um sentido literal ou figurado, dependendo do *uso* que se faz da mesma. (SEARLE, 2002, p.130)

innovation is metaphor, for it often takes the form of combining two fairly well-established meanings to produce a fresh one. (GILL, 1979, p.277)

À primeira vista, parece que Wittgenstein poderia nos fornecer métodos apropriados para tratar do tema da metáfora e de seu caráter gerador. Quer assumamos que os efeitos da metáfora são da ordem do significado, quer não, só o fato dos argumentos de Wittgenstein nos permitirem nos desvincularmos de pressupostos como a oposição entre sentido próprio e sentido figurado, a oposição entre retórica (e com ela, um modo pragmático de abordagem da linguagem) e semântica, já nos daria liberdade suficiente para investigar inclusive uma possível relação entre metáfora e conhecimento. No entanto, quero demonstrar, não é isso o que se dá. Se os argumentos de Wittgenstein, sua maneira tão própria e disseminada de considerar o clássico tema da categorização a partir do modelo das semelhanças de família, permitem que reconsideremos nossa concepção de lógica, sua extensão da lógica de modo a incluir o que ele entende como regras da gramática, longe de esclarecer os mecanismos de inovação semântica pelo uso da metáfora, apresentam novas dificuldades para esse estudo. As próprias inovações semânticas utilizadas pelo filósofo, como atribuição de uma “pureza cristalina”¹⁰ à lógica ou a aproximação analógica entre palavra e ferramenta¹¹, parecem resistir ao modo como Wittgenstein apresenta os processos de aprendizado da linguagem. Em suma, penso que tais formulações (somadas àquelas que expus acima) constituem-se como enigmas insolúveis para a concepção wittgensteineana de significado, uma vez que essa concepção, como procurarei demonstrar no que se segue, toma a gramática vigente, isto é, as regras de uso que atualmente orientam as articulações de signos, como as matrizes de toda articulação linguística significativa.

É preciso, antes de passarmos ao próximo ponto, fazer a advertência de que não devemos admitir de antemão tratarem-se de catacreses o tipo especial de uso figurado da linguagem que aqui consideramos. Paul Ricoeur, comentando o texto *Les Figures*

¹⁰ WITTGENSTEIN. *Lectures and Conversations*, pp.15-16 e WITTGENSTEIN, 1979, § 115.

¹¹ WITTGENSTEIN, 1979, § 11.

de Discours, de Pierre Fontanier (um dos textos clássicos da retórica francesa), afirma que a catacrese pode ser tomada como um “tropo de uso forçado e necessário, o qual, a um só tempo, é também um tropo do qual resulta “um sentido puramente extensivo”(RICOUER, 2000, p.13). Ainda que estejamos lidando com um recurso figurado de caráter necessário, simplesmente não podemos afirmar que os casos que consideramos aqui são casos em que uma falta de signos apropriados ou literais para expressar uma ideia conduzem ao suprimento desta lacuna com a conferência de maior extensão a um signo pré-existente. Isso porque o que está em questão é justamente a possibilidade de se tomar uma ideia como o significado de uma palavra e, ainda, os critérios para que um falante recorra à extensão de um termo *x* e não um termo *y* para suprir a suposta lacuna semântica. Em suma, compreendo que, como diz Searle em *Meaning and Expression*, uma teoria da metáfora (e, sobretudo, um estudo do uso de metáforas como recurso filosófico) deve dar conta de expor os princípios que diferenciam a metáfora bem sucedida da metáfora mal sucedida¹². Se uma metáfora nova como, por exemplo, “classical theories are patriarchs who father many children, most of whom fight incessantly” (LAKOFF & JOHNSON, 2003, p.53) pode ser introduzida com sucesso na linguagem, uma outra como “Sally é um número primo entre 17 e 23”(SEARLE, 2002, p.121) parece estar vedada, sob o enfoque semântico. Ainda que se argumente, como o faz Elizabeth Camp, que “in the right context, nearly any term or sentence can be used metaphorically, and can be used to express a wide variety of contents” (CAMP, 2006, p.280.), a nossa questão é saber como podemos identificar o suposto contexto certo e a razão pela

¹² “Para compreender emissões metafóricas, o ouvinte necessita de alguma coisa além do conhecimento da língua, da consciência das condições de emissão e das suposições de base que compartilha o falante. Ele deve dispor de alguns outros princípios ou de algumas outras informações fatuais, ou de alguma combinação de princípios e informações, que o habilitem a imaginar que, quando o falante diz ‘S é P’ ele quer significar ‘S é R’. O que seria esse elemento adicional?” – SEARLE, 2002, p.134.

qual devemos nos ater, com Camp, à reticência do “quase”, sem assumir a radicalidade da postulação “Todo e qualquer termo, no contexto certo, pode ser empregado metafóricamente”. Vejamos em que Wittgenstein pode e em que ele não pode nos auxiliar na formulação de uma resposta a essas questões.

II. O uso figurado da linguagem em Wittgenstein

Procuremos, primeiramente, analisar a posição de Wittgenstein acerca do uso figurado da linguagem, para, em seguida, submetemos a teste a crítica esboçada acima. Gill, no artigo mencionado, nota que “nowhere in the *Investigations* does Wittgenstein show the slightest tendency toward being embarrassed about his frequent, indeed pivotal, use of metaphor”(GILL, 1979,p.278). Wittgenstein realmente lança mão da metáfora em momentos-chave de seus posicionamentos metodológicos desde o *Tractatus Logico-Philosophicus* (com a imagem da escada que se deve jogar fora, após por ela subirmos e o próprio conceito de espaço lógico) e, curiosamente, nunca chega a fazer considerações gramaticais esclarecedoras sobre esse seu tão caro recurso. Contudo, ainda que não se explique quanto ao fato de calcar-se em construções metafóricas para expor seus argumentos (e nisso ele se iguala a quase todos os filósofos), não é impossível encontrarmos ao menos algumas passagens em que Wittgenstein chega mais próximo de uma abordagem direta do tema. Na parte II das *Investigações Filosóficas*, por exemplo, o filósofo faz algumas interessantes (ainda que lacônicas) abordagens sobre o uso figurado da linguagem. Na seção IV dessa parte da obra, lemos:

Se a imagem [*Bild*] do pensamento na cabeça pode nos ser imposta, por que não pode, com muito mais razão, ser-nos imposta a imagem do pensamento na alma?
O corpo humano é a melhor imagem da alma humana.
O que se passa, porém, com uma expressão como essa: “Quando você o disse, eu o compreendi em meu coração”? E ao dizê-lo, aponta-se para o coração. E não se *tem em mente* (*meint*) esse gesto?! Certamente o temos em mente. Ou somos conscientes de usar apenas uma imagem? Certamente que não. – Não é uma imagem de nossa escolha, não é uma metáfora, mas

sim uma expressão figurada [*bildlicher Ausdruck*].
(WITTGENSTEIN, 1979, p.181)

Nessa passagem, podemos perceber a preocupação de Wittgenstein em distinguir o uso figurado da linguagem, seja verbal ou gestual, em imagens de nossa escolha (metáforas) e imagens cujo uso não é de nossa escolha (expressões figuradas). O filósofo parece estar fazendo aqui um de seus apontamentos gramaticais, o qual interpreto como a sugestão de que “compreender em meu coração” tem uma função lingüística que paráfrases literais como “compreender bem” não podem desempenhar. Não usamos “apenas uma imagem”, não se trata de um recurso estilístico como ocorre com o aspirante a poeta que, ao invés de dizer que “o tempo passa rapidamente”, dissesse de modo floreado que “o tempo tem asas nos pés”. Em outra passagem da parte II das *Investigações*, Wittgenstein afirma:

“Parece que o espírito pode dar significado à palavra”
– isto não é como se eu dissesse: parece que no benzol os átomos de carbono estão situados no canto de um hexágono”? Isto não é nenhuma aparência; é uma imagem [*Bild*].

A evolução dos animais superiores e do homem e o despertar da consciência num determinado estágio. A imagem é mais ou menos esta: o mundo, apesar de todas as vibrações do éter que o atravessam, é escuro. Um dia, porém, o homem abre seus olhos que vêem, e torna-se claro.

Nossa linguagem descreve primeiramente uma imagem. O que deve acontecer com ela, como deve ser empregada, isto permanece nas trevas. Mas é claro que deve ser pesquisado, se se quer compreender o sentido de nossas afirmações. A imagem, porém, parece dispensar-nos dessa tarefa; ela já indica um determinado emprego. Com isso, ela nos logra.
(WITTGENSTEIN, 1979, p.185)

Aqui, o filósofo sugere que essa imagem ou expressão figurada da consciência indica um determinado emprego e nos “dispensa da tarefa” de pesquisar o modo como ela deve ser empregada, isto é, uma análise das possíveis regras gramaticais e técnicas de uso que tal expressão poderia seguir. Dispensa-nos da tarefa justamente porque “nos logra”, porque não nos é dada a escolha de determinar a regra de seu

emprego. Isto parece indicar que essa expressão ocorre aí não como metáfora e sim como expressão figurada, de modo que não nos é dado duvidar sobre o caminho para o qual aponta a expressão. E a indubitabilidade, é preciso ressaltar, é uma marca das convicções que formam nossa imagem de mundo (*Weltbild*) – de acordo com os argumentos desenvolvidos no *Sobre a Certeza*. Explico-me: nesta obra, Wittgenstein dá a entender que a distinção a ser feita entre proposições empíricas e proposições gramaticais deve se fundar na distinção entre a descrição do que pode ser testado pela experiência e a descrição das regras para essa testagem¹³. O ponto não é que proposições gramaticais tenham uma forma lógica diferente das proposições bipolares que emitimos na descrição de ocorrências empíricas e sim que as primeiras são usadas de modo diferente, a saber, como padrões de correção lingüística. Wittgenstein fala de um uso da linguagem que não descreveria fatos, mas o “sistema de convicções”¹⁴ que compõe uma imagem de mundo comum a muitos jogos de linguagem dentro de uma comunidade lingüística:

“As proposições que descrevem essa imagem de mundo podem ser parte de um tipo de mitologia. E seu papel é como o das regras de um jogo; e o jogo pode ser aprendido de modo puramente prático, sem o aprendizado de nenhuma regra explícita” (WITTGENSTEIN, 1972, § 95.)

Isso quer dizer que toda prática humana pode ser descrita, por meio de proposições gramaticais, como uma atividade governada por regras, o que não supõe que de fato as consultemos, mas somente que teríamos a possibilidade de explicar, criticar e justificar nossos usos de palavras com base em tais regras¹⁵. Assim, proposições gramaticais descreveriam nosso sistema de convicções, ou nossa imagem de mundo, na qual estaríamos ancoradas todas as nossas questões e respostas¹⁶. Seriam proposições gramaticais aquelas que, uma vez enunciadas em um jogo de linguagem, não poderiam ser postas em dúvida¹⁷, como “essa é minha mão” ou “A = A”. Ou talvez seja melhor dizer: são aquelas

¹³ WITTGENSTEIN, 1972, §93.

¹⁴ WITTGENSTEIN, 1979, § 102.

¹⁵ GLOCK, 1998, p.195.

¹⁶ WITTGENSTEIN. 1972, §103.

¹⁷ WITTGENSTEIN. 1972, §147.

proposições cuja negação não faz sentido¹⁸. Ao que parece, Wittgenstein admite em obras como as *Investigações Filosóficas*, *Sobre a Certeza* e *Remarks on the Foundations of Mathematics*, que proposições lógicas, proposições matemáticas e determinadas proposições empíricas que se cristalizam como convicções para uma determinada comunidade lingüística podem exercer a função de proposições gramaticais. São exemplos de proposições que podem ocorrer com esse uso gramatical: proposições em que constem definições, explicações de significado e definições ostensivas, bem como proposições analíticas e proposições da aritmética e da geometria. Mas nada é dito com clareza sobre como devemos considerar proposições em que ocorrem expressões figuradas.

Pergunto-me, entretanto, se certas proposições que não podemos tão obviamente denominar lógico-matemáticas ou empíricas, como é o caso do adágio humeano “The most lively thought is still inferior to the dullest sensation” (HUME, 1952,p.455), não seriam igualmente proposições basilares a que se chega por um esforço teórico de, por assim dizer, trazer à tona o que opera como fundamento dos juízos emitidos em determinados jogos de linguagem. As passagens acima, pinçadas da própria obra de Wittgenstein, parecem sugerir isso (ainda que de modo excessivamente conciso e cifrado). A título de reforço da argumentação, consideremos ainda os parágrafos 219 a 222 das *Investigações Filosóficas*:

“As passagens já foram todas feitas” significa: não tenho mais escolha. A regra, uma vez selada com uma significação determinada, traça a linha a ser seguida por todo o espaço. – Mas se este fosse verdadeiramente o caso, em que me ajudaria?

Não; minha descrição só tinha sentido quando era compreendida simbolicamente. – *Isto me parece assim* – deveria dizer.

Quando sigo a regra não escolho.

Sigo a regra *cegamente*.

Que finalidade tem aquela frase simbólica? Ela deveria salientar uma diferença entre condicionalidade causal e condicionalidade lógica.

Minha expressão simbólica [*symbolischer Ausdruck*] era na verdade uma descrição mitológica do uso de uma regra.

¹⁸ WITTGENSTEIN. 1972, §4.

“A linha sugere-me como devo seguir.” – Mas isto é naturalmente apenas uma imagem (*Bild*). E se julgo que ela me sugere, como que irresponsavelmente, isto ou aquilo, não diria que a sigo como uma regra. (WITTGENSTEIN, 1979, §§ 219-222)

Trata-se de uma investigação gramatical em dois tempos: primeiro o filósofo procura descrever o que se passa quando se segue uma regra e, em seguida, põe sob sua lente as próprias palavras que emprega nessa descrição. Não é de pouca relevância a proximidade semântica entre a expressão usada por Wittgenstein nessa passagem, “symbolischer Ausdruck”, e a expressão “bildlicher Ausdruck”, empregada pelo filósofo na parte II, seção IV, das *Investigações Filosóficas* (citada acima). Afirmar que, ao seguirmos uma regra, “as passagens já foram todas feitas” é um modo simbólico ou figurado de descrever o uso de uma regra. Ou, como ele próprio diz no fragmento, é uma descrição mitológica do uso de uma regra. O mesmo se dá quando Wittgenstein toma a palavra “linha” como expressão figurada, dizendo que a regra traça a linha a ser seguida por todo o espaço e que “a linha sugere-me como devo seguir”. Se a linha referida na proposição é tomada como mera imagem ou mera metáfora, não podemos dizer que ela nos permite descrever o que se passa quando seguimos uma regra. O filósofo nos faz notar que, para abordar o tema do seguimento de regras na linguagem, para falar da experiência de seguir uma regra, precisamos necessariamente recorrer a uma simbolização, mediante termos como “linha”, “passagens” e “cegamente”, do que insatisfatoriamente se diria ser uma ausência de escolha.

Mais uma razão que essa passagem nos dá para desconfiarmos de que Wittgenstein estaria aproximando o domínio das proposições em que ocorrem expressões figuradas do domínio das proposições gramaticais é a afirmação de que uma expressão simbólica é, na verdade, uma descrição mitológica. O filósofo opta pelo emprego do termo “mitológico”, o mesmo termo que posteriormente, no *Sobre a Certeza*, ele usa para se referir às proposições que descrevem uma imagem de mundo, ou seja, proposições gramaticais. Wittgenstein é econômico no emprego desse termo ao longo de sua obra e, quando o faz, parece ter algo muito específico a demarcar. Além das ocorrências do termo no *Sobre a Certeza* e nas *Investigações Filosóficas*, podemos encontrá-lo também no *Remarks on Frazer's Golden Bough*, sempre parecendo apontar para uma mesma direção: o que é mitológico é da ordem do

indubitável para uma determinada comunidade lingüística¹⁹. A ideia de uma mitologia embutida na linguagem parece influenciar passagens das *Investigações* como o § 115, em que Wittgenstein se refere à sua concepção de lógica à época do *Tractatus* como uma imagem (*Bild*) que o mantinha preso, pois residia (*lag*) na sua própria linguagem. Faz-se aqui uso do termo “Bild” justamente na mesma acepção em que ele aparece na citação anterior. Entendo que, em ambas as passagens, Wittgenstein refere-se a um fundo mitológico da linguagem que sempre se encontra em construção (dado que nenhum falante domina rigorosamente todas as regras envolvidas, isto é, todas as regras de sintaxe, todos os usos especializados, etc.) e que determina, dependendo das vias pelas quais se vem aprendendo a linguagem, a forma de representação (*Darstellungsform*) que alguém pode ser inclinado a assumir.

III. A incompatibilidade entre a tese do adestramento e a existência de proposições gramaticais figuradas

Procurei demonstrar que a solução wittgensteineana para o problema do estatuto gramatical das proposições necessárias de caráter figurado – proposições de que ele próprio lança mão ao pôr em prática seus métodos de investigação gramatical – é tomá-las como uma subclasse de proposições gramaticais. Passo agora a expor as razões pelas quais essa solução me parece inadequada. Primeiramente, é preciso detectar uma contradição interna entre o que chamo de solução wittgensteineana e o fato de que as próprias determinações acerca das proposições gramaticais feitas no *Sobre a Certeza* interditam essa saída. Wittgenstein assume que a Filosofia deve procurar a enunciação de proposições cuja negação é absurda (proposições gramaticais) com vistas a dissolver problemas filosóficos. Ora, é um dos poucos pontos pacíficos dentre as diversas teorias da metáfora que não pode haver metáfora cuja negação seja absurda²⁰. Como conclusão silogística, temos que a

¹⁹ “In unserer Sprache ist eine ganze Mythologie niedergelegt” (Toda uma mitologia está embutida em nossa linguagem) – WITTGENSTEIN, 1993, p.132.

²⁰ Desde Aristóteles se admite que há um caráter estranho na transferência ou deslocamento (*epiphorá*) metafórico justamente porque se busca encontrar (ou, para alguns, criar) semelhança entre coisas claramente distintas. Sendo claramente distintas essas coisas, os modos canônicos pelos nos referimos a elas, através de proposições empíricas, tende a

Filosofia, tomada numa acepção wittgensteineana, deve evitar a enunciação de metáforas.

Essa linha de argumentação, porém, ainda não atinge em cheio o alicerce do problema, qual seja o tratamento que Wittgenstein dá ao tema do aprendizado da linguagem. É certo que seus argumentos sobre o aprendizado de regras em jogos de linguagem primitivos em que ocorrem práticas de adestramento (*Abrichten*) são sumamente relevantes para nos fazerem ver que muita coisa tem de estar preparada na linguagem para que possamos compreender, por exemplo, uma definição ostensiva ou para que possamos avaliar a veracidade ou falsidade de uma asserção²¹. Contudo, tais argumentos nos conduzem inexoravelmente a investigações gramaticais cujas ferramentas de trabalho são questões como “Como um falante desta comunidade lingüística pode ter aprendido a usar a expressão x?”, o que nos faz sempre tomar as regras gramaticais vigentes como pressupostos, como peças fixas, isto é, tomamos por pressuposto que todas as articulações fundamentais já existem na linguagem e que os falantes só aprendem, por assim dizer, a manusear essas ferramentas. Ocorre, como procurei deixar explícito, que muitos recursos figurados caros à Filosofia – incluem-se aqui as próprias ferramentas wittgensteineanas – não parecem simplesmente derivar de regras estabelecidas na gramática vigente. Ao procurar lançar luz sobre seu objeto de estudo, um filósofo não pode simplesmente se ater aos caminhos habituais da construção lingüística em uma determinada comunidade, visto que está entre as principais tarefas do filósofo fazer ver o que estava ali e não se via ou, nas palavras de Wittgenstein: “lançar luz sobre as relações de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 1979, § 130).

Ao basear sua investigação acerca do significado no uso atual que se faz das palavras e no modo como os falantes aprendem esses usos, Wittgenstein incorre no seguinte: o universo do que o filósofo denomina gramática se mostra como igual em extensão ao universo das articulações

demarcar essa diferença. Tomemos como exemplo o enunciado figurado “A filosofia é uma luta contra o enfeitamento do entendimento pelos meios da linguagem” (WITTGENSTEIN, 1979, § 109). Não haveria nenhuma estranheza ou absurdo que se retrucasse, no mesmo contexto, que “A Filosofia *não* é uma luta” e, a seguir, que se arrematasse, a título de elucidação, com os dizeres “O boxe é uma luta”. O mesmo com o termo “enfeitamento” (*Verhexung*), que parece ter sido deslocado de regiões semânticas bem afastadas do nome com o qual é posto em relação sintática direta, a saber, “entendimento”.

²¹ WITTGENSTEIN, 1979, § 30 e § 257.

dotadas de significado. Mas o próprio filósofo, em determinadas passagens de suas obras, admite (razoavelmente) que a linguagem possui, por assim dizer, regiões mais novas e regiões mais antigas, como uma cidade com seu centro antigo e sua expansão para as periferias. Nos parágrafos 18 e 23 das *Investigações*, bem como no aforismo 65 do *Sobre a Certeza*²², o filósofo sugere que a linguagem não encerra um conjunto completo das proposições descritivas do mundo e sim que estas proposições descritivas podem compor jogos de linguagem, os quais, por sua vez, surgem e desaparecem no processo de utilização da linguagem em uma forma de vida. Wittgenstein admite que significados surgem e desaparecem na linguagem no mesmo passo em que surgem e desaparecem jogos de linguagem, no mesmo passo em que ciências como a química fazem novas descobertas e divulgam suas descrições e no mesmo passo em que os falantes vão adotando outras regras para seu comportamento lingüístico.²³

Parece despontar dessa análise uma possível contradição entre a concepção wittgensteineana de aprendizado da linguagem e a evidência de que a linguagem comporta a introdução de novas regras, de novas articulações lingüísticas significativas. Uma forma de resolução deste impasse que buscasse não atentar contra os princípios estabelecidos por Wittgenstein seria assumir que há jogos em que somos ensinados a derivar e a elaborar regras e/ou a aplicar regras a casos que ainda não ocorreram. Em passagens importantes das *Investigações*, como quando o autor trata dos temas da definição ostensiva, do seguimento de regras e da impossibilidade de uma linguagem privada, Wittgenstein reiteradamente lança mão do argumento de que a questão sobre a natureza do significado só pode ser devidamente elucidada ao recorrermos a uma investigação dos adestramentos a que os falantes são submetidos antes mesmo de dominarem técnicas aparentemente simples como a nomeação de objetos e a pergunta pelo significado de uma expressão²⁴. Se essa concepção é correta, então, todas as novas regras,

²² Onde Wittgenstein diz: “Quando jogos de linguagem mudam, então há uma mudança nos conceitos, e, com os conceitos, os significados das palavras mudam”.

²³ Em *Remarks on the Foundations of Mathematics*, Wittgenstein faz certas afirmações que corroboram o meu ponto, como por exemplo, ao propor que “na matemática, nós somos convencidos de proposições gramaticais” (III, §26) e que “a matemática forma conceitos” (VII, §67).

²⁴ Esse argumento é apresentado com mais propriedade em *Philosophische Untersuchungen*, §§ 5 e 6 e *Brown Book*, p. 6 (Basil Blackell, 1996).

todos os novos jogos de linguagem e, em suma, toda a inovação semântica deveria ter como base a gramática vigente da seguinte maneira: uma vez adestrado em determinadas regras em um jogo de linguagem A, um falante poderia muito bem, uma vez inserido em um outro jogo em que aquelas regras não fossem habitualmente aplicadas, passar a se guiar por elas. Dessa forma, deveríamos admitir que todas as inovações em linguagem são fruto de transposições e extensões de regras de um jogo de linguagem para outro.

Há, efetivamente, muitos casos em que a introdução de uma nova articulação lingüística em nossa gramática pode ser perfeitamente explicada a partir dos argumentos de Wittgenstein. Lembremo-nos do exemplo de paronímia dado por Aristóteles para resolver um problema de predicacão envolvendo o termo “leme” e o sujeito “barco”, nas *Categorias*: “uma vez que não há um termo apropriado, temos que inventar um que se ajuste à situação e exprima com mais precisão: o leme é leme dos lemeados” (ARISTÓTELES. *Categorias*, 7a1 10). Assim, numa linguagem em que não existisse o termo “lemeado”, poder-se-ia derivá-lo do nome “leme”, tendo como guia a mesma regra gramatical que se usa para derivar “corajoso” de “coragem”. Outro exemplo que se pode extrair da história da Filosofia é o da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, no momento em que Kant emprega o termo “autonomia” (em sua forma latina original, “Autonomie”) para se referir a algo da esfera da moral individual e não da esfera política²⁵. Ao fazê-lo, Kant introduz um novo significado na linguagem. Pode-se perfeitamente analisar esse recurso lingüístico com base na tese de que ocorre aí uma extensão de campo semântico. Pode-se assumir que uma extensão de significado é gramaticalmente viável dadas certas semelhanças contextuais, como o fato de já se empregar o termo “regra” (à época de Kant) tanto na esfera da moral individual quanto na esfera política.

Muitos são os tipos de inovação semântica no âmbito gramatical que não oferecem problemas para uma explicação de seus critérios com base em Wittgenstein, justamente porque, em geral, podemos falar de alguma relação de semelhança que sirva de base para uma derivação ou extensão de uma regra já existente. No entanto, como inferir que expressões figuradas são forjadas e empregadas com base em semelhanças de qualquer tipo? Para dizermos que há algo de semelhante

²⁵ KANT, 2009, p.258.

entre “atenção” e “foco”, na proposição “A atenção é um foco no pensamento” seria preciso termos, de antemão, definições destes termos ou uma determinação clara de sua extensão de modo a podermos comparar as propriedades dos objetos a que se referem. Mas isso não ocorre, ao menos quanto ao termo “atenção”, um termo a partir do qual o léxico nos remete a outros termos igualmente figurados, como “concentração”, “ação de fixar o espírito” ou “aplicação cuidadosa da mente” e sobre o qual pouco se pode dizer no tocante a sua extensão (dado que muito diversos entre si podem ser os comportamentos de pessoas atentas). Uma saída mais imediata seria falarmos em uma imagem da atenção formada por introspecção a qual pudéssemos comparar com o objeto físico que chamamos de “foco”. Mas tal caminho argumentativo é afastado pelo argumento da impossibilidade de uma linguagem privada, apresentado entre os parágrafos 243 e 316 das *Investigações Filosóficas*.

Assim, o problema persiste: o que nos autoriza, por exemplo, a afirmar, como o faz Platão, que o Belo é algo “elevado”, que devemos *subir* até a esfera estritamente inteligível dessa ideia²⁶, e o que nos leva a não ver sentido em afirmar que o Belo é também algo “alado” ou, mais radicalmente, “azul”? O que pode ter autorizado os falantes do português a traçarem relações de sinonímia entre termos lexicalmente distantes como “patamar” e “esfera” ao dizerem teoricamente que “Duas ideias pertencem a (esferas/patamares) diferentes” e o que lhes desautoriza a ver sinonímia entre “patamar” e “cubo”? Fundamentalmente o meu ponto é: não há nenhuma passagem na obra de Wittgenstein que se ocupe enfaticamente em determinar um limite para as transposições e extensões de regras e a determinação desse limite é justamente o que precisamos para compreendermos os casos de metáfora recorrentes na história da Filosofia. Nem todas as regras de um jogo podem ser transpostas para outro jogo sem que se transgrida uma característica fundamental deste jogo ou sem que se caia numa inescapável incomunicabilidade (enunciação de absurdos). Quando nos aventuramos, como procurei fazer, a complementar ou estender os argumentos wittgensteineanos com o intuito de compreender como pode se dar a inovação semântica, esbarramos nesse estranho empecilho que é a metáfora, ou melhor, neste

²⁶ Por ex.: PLATÃO. Banquete, 211 b: “Quando então alguém, subindo a partir do que aqui é belo, quase estaria a atingir o ponto final”.

tipo específico de metáfora aqui exposto. Ao basear suas idéias acerca do aprendizado da linguagem na prática do adestramento, Wittgenstein se compromete com o mecanismo da consolidação de convicções pelo hábito, mas, ato contínuo, fecha o caminho para a compreensão do aprendizado daquilo que não parece depender do hábito (ou ao menos das convenções gramaticais) para produzir significado. Aristóteles, afirma, na *Poética*, que a metáfora não se aprende, sendo, antes, dom de gênio. Seria essa a última palavra que podemos dar sobre ela?

Deste modo, atinjo o propósito desse artigo, que era deixar explícito que o surgimento de novos significados na linguagem se apresenta como problema para a concepção wittgensteineana de significado ao considerarmos inovações semânticas que não têm por base uma regra modelo identificável na gramática e que não se fundem em algum tipo claro de relação de semelhança. Inovações essas que ocorrem largamente quando filósofos se põem a cunhar conceitos para elucidar a natureza de seus objetos de estudo, sejam eles as faculdades da mente, sejam eles os próprios meandros da semântica.

Conclusão

Jerry Gill afirma, sobre a ausência de uma tematização mais detida do uso figurado da linguagem na obra de Wittgenstein que “he doesn’t present ‘knockdown, drag-out arguments’ for his view, because his view is that such arguments do not cut deep enough”⁹ GILL, 1979, P.284). Seu principal argumento é de que o filósofo teria assumido uma posição que poderíamos denominar “subjativismo não-relativista”, na qual defenderia que o que no *Sobre a Certeza* é tomado como a rocha dura da linguagem, isto é, o que pode ser enunciado mediante proposições gramaticais “cannot be focused directly as specific criteria or ‘truths’ without violating their nature” (GILL, 1979, p.283). Diante dessa impossibilidade de uma abordagem direta, “hence the necessity of expressing such bedrock criteria exclusively by means of the indirect, metaphoric mode”²⁷. Dado os argumentos que apresentei neste trabalho, posso agora explicitar os equívocos da abordagem de Gill. Em primeiro lugar, Wittgenstein deixa claro, no *Sobre a Certeza*, que “a mitologia [o

27 GILL, 1979, p.283.

sistema de proposições gramaticais que compõe a rocha dura da linguagem] pode voltar ao estado de fluxo, o leito do rio dos pensamentos pode mudar. Mas eu distingo entre o movimento das águas no leito do rio e a mudança no leito ele mesmo; contudo, não há uma divisão nítida entre um e outro” (WITTGENSTEIN, 1972, § 97). Assim, se o que é proposição empírica, pode vir a se tornar gramatical e vice-versa, o caráter da rocha-dura pode perfeitamente ser expresso linguisticamente (ao menos tanto quanto o pode todo o resto da linguagem). Em segundo lugar, pelas razões que demonstrei acima, uma proposição em que ocorre uma expressão figurada não pode ter o mesmo estatuto lógico-semântico que uma proposição gramatical. Assim, Gill dá um passo a mais do que poderia dar, ao tomar como evidente que os argumentos tecidos por Wittgenstein são consonantes com o emprego de metáforas em seu método (ou métodos) filosóficos, e acrescenta a esse primeiro outro passo em falso, ao querer rotular as expressões figuradas emitidas pelo filósofo como fazendo parte de proposições gramaticais.

Penso, com base no que foi apresentado, que podemos extrair desta pesquisa as seguintes conclusões: não devemos tomar o adestramento nas regras vigentes de uma gramática e todas as técnicas de uso dos signos que daí decorrem como o limite da composição de regras de uso dos signos (e, a reboque, como o limite da construção de significados e de jogos de linguagem). Devemos também traçar uma distinção entre proposições gramaticais na acepção wittgensteineana, as quais derivam-se de regras anteriormente existentes na gramática, e proposições fundamentais de caráter figurado, que, conforme demonstrado, não são compostas a partir de regras presentes na gramática.

Com estes estabelecimentos, abre-se espaço para a hipótese de trabalho de que a argumentação filosófica (e teórica em geral) não apenas promove elucidações pela exposição do trivial na forma de proposições gramaticais que serviram de base para nossa educação, ela também se propõe a tarefa de inventar articulações, de estruturar, na forma de esquemas simbólicos, os campos conceituais em jogo ao lançar mão de expressões figuradas²⁸. O que, em outras palavras, é levantar a suspeita

²⁸ Ao falar na tarefa filosófica de se inventarem articulações, estou me restringindo a parafrasear uma passagem da obra de Wittgenstein, a saber, *Investigações Filosóficas*, § 122, em que o filósofo exalta a importância que há em se “encontrar (*Findens*) e inventar (*Erfindens*) articulações intermediárias” na gramática. O que é intrigante, como procurei

de que, ao nos permitir descrições e redescrições esquemáticas da própria linguagem, o uso de expressões figuradas abre caminhos para a fundação de novas técnicas de descrição de mundo. Mas essa hipótese será explorada, com o devido rigor, em um próximo trabalho.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. de Eudoro de Souza. In *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Categorias in Organon*. Trad. de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2005.

_____. *Rhetoric in Great Books of the Western World 9* (Vol.2). Translated by W. Rhys Roberts. Chicago: Encyclopædia Britannica (William Benton Publisher), 1952

CAMP, E. “Contextualism, Metaphor and What is said”. *Mind & Language*, Vol.XXI, No.3 (June, 2006), pp.280-309.

DAVIDSON. “What metaphors mean”. *Critical Inquiry*, Vol. V, No. 1, Special Issue on Metaphor (Autumn, 1978), pp.31-47.

GILL, J.H. “Wittgenstein and metaphor”. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol.XL, No.2, (Dec., 1979), pp.272-284.

GLOCK, H.J. *Dicionário Wittgenstein*. Trad.: Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HUME, *An Enquiry Concerning Human Understanding in Great Books of the Western World 35*. Chicago: Encyclopædia Britannica (William Benton Publisher), 1952.

KANT. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Guido de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009.

demonstrar, é o modo como a própria concepção wittgensteineana de gramática entra em desacordo com essa idéia ou, ao menos, amputa um de seus recursos mais necessários.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

PLATÃO. *O Banquete*. Trad. de José Cavalcanti de Souza. In *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RICOEUR, P. *Metáfora Viva*. Trad. de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RYLE, G. *The concept of mind*. Oxon: Routledge, 2009.

_____. “Linguagem Ordinária”. Trad. de Balthazar Barbosa Filho. In *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, pp.37-52.

SEARLE, J. *Expressão e Significado: Estudos da teoria dos atos de fala*. Trad. de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. de José Carlos Bruni. In *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.